

EDITORIAL

Na presente edição da Revista Jurídica Portucalense n.º 34, a secção dedicada aos trabalhos de INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA é composta por dezasseis artigos que foram selecionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”.

Depois dos trabalhos de investigação científica temos, na secção JURISPRUDÊNCIA, uma análise de duas decisões portuguesas da autoria de Gil Moreira dos SANTOS, intitulada *Os artigos 417.º, n.º 4 do C.P.C. e 135.º e segs. do C.P.P.: “estirpes” diferentes do mesmo “meio de obtenção de prova”: comunicação de movimentos bancários.*

Passemos agora a apresentar sumariamente cada um dos dezasseis artigos que compõem a INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA do presente número da Revista Jurídica Portucalense.

Anatoliy KOSTRUBA, no artigo intitulado *Derivative Claim in the System of Remedies for Corporate Legal Relations (Ação derivada no sistema ucraniano de recursos para relações jurídicas empresariais)*, apresenta um estudo em que conclui que a ação derivada é um instrumento essencial para a governação empresarial e a resolução de conflitos, embora seja necessário desenvolver a investigação nesta área para apresentar recomendações na resolução de problemas no direito das sociedades da Ucrânia.

Deolinda MEIRA, Susana BERNARDINO e Miguel SILVA levam a cabo uma pesquisa, sob o título *A (des)adequação dos mecanismos de regulação das IPSS que atuam na área da saúde em Portugal*, que permitiu concluir que não existe uma adequação plena da regulação aplicável às IPSS que disponibilizam respostas sociais na área da saúde. A inadequação é especialmente evidenciada ao nível das participações financeiras, que se revelam insuficientes, e que limitam a captação de recursos humanos, capacidade de atualização tecnológica e expansão da atividade.

Halyna YANOVYTSKA, Anna YANOVYTSKA, Uliana ANDRUSIV, Mariya MYKHAYLIV e Marta KRAVCHYK, no artigo *Invalidity of Transactions: Analysis of Grounds and Civil Legal Consequences (Nulidade das transacções: Análise*

dos fundamentos civis e consequências jurídicas), examinam os motivos de invalidade das transações ao abrigo da legislação da Ucrânia e realizam uma análise jurídica comparativa com legislação de vários países europeus, em especial a legislação da Alemanha e da República da Lituânia.

João FERREIRA DIAS, no seu estudo *Do Princípio da Igualdade ao Princípio da Diversidade: uma releitura da orientação constitucional em Portugal*, propõe uma releitura do princípio da igualdade previsto máxime no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), considerando a emergência de uma orientação sociopolítica que produz um olhar de facto sobre o conteúdo da norma constitucional.

Liudmyla TOVKUN, Mariia PERPELYTSIA, Nataliya MARYNIV e Anastasiia OVCHARENKO têm como objetivo, no seu estudo sobre a *International experience of e-commerce taxation and its application in Ukraine (legal aspect) (Experiência internacional de tributação do e-commerce e sua aplicação na Ucrânia (aspecto jurídico))*, analisar a tributação do e-commerce numa perspetiva internacional e procurar adaptá-la à realidade ucraniana, bem como apresentar propostas para melhorar o sistema de tributação do e-commerce na Ucrânia.

Segue-se um artigo de Luís FONSECA, Guilhermina RÊGO e Rui NUNES, intitulado *The empathic genesis of the Right to Euthanasia (A génese empática do Direito à Eutanásia)*. A eutanásia tem despertado reflexões profundas e dissensões declaradas entre diversos quadrantes socioideológicos e os estudos e os artigos de opinião apresentam conclusões díspares relativamente a esta temática, sobretudo porque tem prevalecido uma abordagem conceptual heterogénea, nebulosa e algo desajustada da natureza humana. Neste trabalho os autores defendem que, no seio do respeito pela diversidade como o eixo axiológico fundamental dos Estados de Direito democráticos, o modelo de empatia é fundamental para responder de forma adequada às mais diversas circunstâncias em que uma decisão ético-jurídica está pendente, como na eutanásia.

Luís Manuel PICA considera, no seu trabalho sobre *Breves notas sobre a antropomorfização da administração tributária artificialmente inteligente e o (novo) modelo de sistema de gestão fiscal*, que a integração de sistemas de inteligência artificial deve ser acompanhada de uma reformulação do próprio

sistema de gestão fiscal. Acrescenta o autor que tal alteração permite identificar algumas reformulações que devem também ser identificadas e que não podem deixar de ser perspectivadas segundo um quadro de sistematização normativa assente na dignidade da pessoa humana.

Manuel LOPES, no artigo com o título *O reconhecimento de sentença estrangeira*, apresenta uma ampla reflexão sobre o sistema português de revisão e reconhecimento de sentenças estrangeiras, as respetivas condições e requisitos para a confirmação de sentença estrangeira, a função da ordem pública na revisão de sentença estrangeira, função defensiva da ordem pública internacional, a função corretiva da ordem pública internacional, o reconhecimento de sentença estrangeira e a conexão com a lei revisora, etc.

Mário Simões BARATA, no artigo intitulado *Case C-852/19, Gavanozov II: European Investigation Order and the Right to an Effective Remedy in the CFREU (O Processo C-852/19, Gavanozov II: decisão europeia de investigação e o direito à acção na CDFUE)*, analisa a controvérsia jurídica no âmbito do Processo Gavanozov II. Para o efeito, examina o impacto da decisão, proferida em 11 de novembro de 2021, e a doutrina relevante, bem como a aplicabilidade do artigo 47.º da CDFUE.

Nuno SANTOS considera, em *A indemnizabilidade do dano da morte e a hereditabilidade da sua compensação*, que o dano da morte tem um regime de ressarcibilidade autónoma, sendo titulado pelo *de cuius* e transmitido sucessoriamente - *iure hereditário* - para as pessoas previstas nos nºs 2 e 3 do art.º 496º do Código Civil.

No estudo sobre *Standards for Ensuring the Legality of Covert Activities in Criminal Proceedings Through the Prism of European Court of Human Rights (Os padrões para garantir a legalidade de atividades encobertas em processos penais através da prática do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos)*, Oksana KAPLINA, Anush TUMANYANTS e Iryna KRYTSKA procuram analisar a jurisprudência relevante do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (em especial, sobre a aplicação do artigo 8.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem no contexto de ações encobertas no âmbito de processos penais) e, nesta base, identificar as normas para a realização de ações de investigação encobertas e determinar o impacto destas normas na legislação de determinados países europeus.

Logo depois temos um estudo de Oleksandr BILIAIEV, Arsen ISAIEV, Nataliia KOROBTSOVA, Iryna PUCHKOVSKA e Victor YANYSHEN: *Contractual dynamics in Ukrainian civil law regulation (Dinâmica contratual na regulamentação do direito civil ucraniano)*. Os autores analisam a evolução da dinâmica contratual no âmbito do direito civil ucraniano no contexto da integração europeia, das medidas de quarentena e da lei marcial. Centrando-se no equilíbrio entre os direitos individuais e o quadro jurídico civil mais vasto, o estudo procura avaliar o atual Código Civil da Ucrânia e propõe melhorias para salvaguardar os direitos individuais durante períodos difíceis, como a lei marcial.

Oleksandr SHEVCHUK, Ihor V. PROTSIUK, Igor V. SAMOSHCHENKO, Alisa V. PANOVA e Anastasiia O. SHAPOSHNYK também centram o seu estudo no direito ucraniano. O artigo *The Rights to access to Information and National Security in the Ukraine in the System of Human Rights (O Direito de Acesso à Informação e a Segurança Nacional na Ucrânia no Sistema de Direitos Humanos)* é dedicado ao estudo dos problemas de concretização do direito de acesso das pessoas à informação na Ucrânia, importante para a segurança nacional no sistema de direitos humanos, suas características e componentes, levando em consideração a prática do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

Olha ZOZULIAK, Alla V. ZELISKO, Nataliia Ya. BASHURYN e Andrii A. ALBU, no artigo intitulado *Artificial intelligence as an object of civil law regulation (A inteligência artificial como objeto de regulamentação do direito civil)*, examinam dois conceitos sobre a regulamentação da inteligência artificial – a teoria do sujeito e a teoria do objeto. Apresentam argumentos segundo os quais o desenvolvimento da legislação civil da Ucrânia deve ser realizado de acordo com o vetor de percepção da inteligência artificial como objeto das relações jurídicas civis.

Pascoal PEREIRA apresenta o modelo de proteção jurídica de minorias nacionais atualmente em vigor na Europa. Explora a génese da Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais, o seu conteúdo e o seu mecanismo de monitorização no seu artigo *O regime de proteção jurídica das minorias nacionais na Europa: a Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais do Conselho da Europa*.

Para finalizar a secção “Investigação Científica”, temos um artigo de Vitalii KRUHLOV, Nataliia VOLKOVA, Yevgen KRASNYKOV, Iryna ALIEKSIEIENKO e

Larysa SOKHATIUK, *State Control Mechanisms as Means of Improving the Quality of Public Services of Local Self-Government Bodies (Mecanismos de Controle Estatal Como Meio de Melhorar a Qualidade dos Serviços Públicos dos Órgãos de Governo Autónomo Locais)*, que enfatiza a importância do controlo estatal na promoção da transparência, responsabilização e melhoria contínua na prestação de serviços do governo local. Os resultados do estudo demonstram formas de otimização dos mecanismos de controlo estatal pelas autoridades públicas para melhorar a qualidade global dos serviços públicos e foi desenvolvido um modelo de implementação abrangente de mecanismos de controle estatal sobre a qualidade dos serviços públicos dos órgãos de governo autónomo locais.

Como sempre, estamos reconhecidamente gratos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A Editora Geral

Mónica Martinez de Campos

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt